

## **MENSAGEM N° 103/2025**

Ao Exmo. Senhor

Karlo Aurélio Vieira do Couto - Lelo Couto

Presidente da Câmara Municipal de Cariacica

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando Vossa Excelência e os demais pares dessa Colenda Casa de Leis, utilizo este instrumento para encaminhar o incluso Projeto de Lei que dispõe sobre a concessão de diárias e ajuda de custo no âmbito do Poder Executivo Municipal.

O incluso Projeto de Lei atende ao disposto no artigo 176 da Lei Complementar nº 137/2023 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), *in verbis:* 

"Art. 176 Constituem indenizações a serem pagas ao servidor para restituição:

I – diárias;

II - ajuda de custo;

III – vale-transporte;

IV - salário-família.

§ 1º As indenizações não sofrerão desconto de qualquer natureza, nem poderão ser computadas para percepção de quaisquer vantagens.

§ 2º O pagamento de vantagens, a título indenizatório, ocorrerá apenas se o servidor estiver em pleno exercício e enquanto durar o fato ensejador da indenização.

§ 3º As diárias e a ajuda de custo serão objeto de lei específica e seu valor será fixado e periodicamente atualizado, mediante regulamento."

O projeto busca disciplinar a matéria de forma moderna e transparente, garantindo a adequada cobertura de despesas de alimentação, hospedagem e deslocamento



dos servidores quando estes se afastarem do Município a servico, seja em caráter eventual (diárias) ou por período mais prolongado (ajuda de custo).

Para além da simples previsão legal, a presente proposta incorpora mecanismos

de controle e de transparência, como a obrigatoriedade de prestação de contas em

prazo definido, a vedação de concessão em casos de deslocamentos de curta

duração ou já custeados por terceiros, a devolução de valores recebidos

indevidamente, a possibilidade de pagamento proporcional e a fiscalização pelo

órgão central de controle interno do Município. Tais medidas visam fortalecer a

gestão responsável dos recursos públicos e assegurar conformidade às

orientações dos órgãos de controle externo, especialmente o Tribunal de Contas

do Estado do Espírito Santo.

A matéria também contempla a possibilidade de fixação diferenciada de diárias em

viagens internacionais, respeitando as moedas locais de referência (dólar e euro),

garantindo praticidade e objetividade na aplicação da norma.

Importa destacar que as regras aqui propostas se alinham aos princípios

constitucionais da legalidade, moralidade, eficiência e economicidade, promovendo

maior segurança jurídica e previsibilidade administrativa, além de preservar o erário

contra usos indevidos e assegurar que os recursos destinados a diárias e ajudas

de custo sejam aplicados de maneira justa, proporcional e transparente.

Ressalta-se que o incluso Projeto de Lei não representa, neste momento, aumento

de despesa, o que dispensa o envio do impacto orçamentário-financeiro. Quando

da concessão das diárias, será observada a disponibilidade orçamentária do

Município, atendendo, assim, as obrigações do artigo 16 da Lei de

Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000).

Ressalta-se, na oportunidade, que a proposta legislativa apresentada possui

amparo legal nos artigos 53 e 90, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, in verbis:

PROC.ELETRÔNICO: 39.256/2025

<del>venida Mário Gurgel, nº 2.502, Alto Lage, Cariacica/ES. CEP: 29.151-900</del>

conMPme & 1200-2/20012 grow institut ja strifte estrutura ider Ghaves Públisas (Brasiletta st GPaBrasil-Brasil.



"Art, 53 Compete privativamente ao Chefe do Poder Executivo Municipal a iniciativa das leis que versem sobre: (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 29/2024)

I - criação, extinção ou transformação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e indireta; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica n° 29/2024)

II - fixação ou modificação do vencimento ou subsídio de seus servidores; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 29/2024)

III – regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria dos servidores:

IV - organização administrativa, serviços públicos e pessoal da administração. (Redação dada pela Emenda à Lei orgânica nº 12/2008)

V - criação, estruturação e atribuições dos órgãos da administração pública municipal.

(...)

Art. 90. Ao Prefeito compete, privativamente:

IV – iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica;'

Pela costumeira atenção com que sempre recebe nossos pleitos, e na certeza de acolhida e acatamento da presente proposta, solicitamos dar ciência aos demais pares e os encaminhamentos necessários à apreciação e votação, EM REGIME **DE URGÊNCIA**, do pretenso Projeto de Lei.

Renovo, na oportunidade, os mais sinceros votos de apreço e distinta consideração.

Cordialmente,

Cariacica/ES, 14 de novembro de 2025.

EUCLERIO DE AZEVEDO SAMPAIO SAMPAIO JUNIOR:76138038720

Assinado de forma digital por **EUCLERIO DE AZEVEDO** JUNIOR:76138038720 Dados: 2025.11.14 16:24:14

## **EUCLÉRIO DE AZEVEDO SAMPAIO JUNIOR**

Prefeito Municipal





## PROJETO DE LEI Nº 071, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2025

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS E AJUDA DE CUSTO NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARIACICA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso das atribuições legais, previstas nos artigos 46 e 90, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, encaminha à CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES o seguinte Projeto de Lei:

**Art. 1º** Esta Lei dispõe sobre a concessão de diárias e ajuda de custo no âmbito do Poder Executivo Municipal, nos termos do artigo 176 da Lei Complementar nº 137/2023 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

§ 1º A concessão de diárias destina-se à cobertura de despesas com alimentação, hospedagem e transporte do servidor público que, em caráter eventual ou transitório, se afastar do Município de Cariacica a serviço, por período de até quinze dias.

§ 2º A concessão de ajuda de custo destina-se à cobertura de despesas do servidor público que se afastar do Município de Cariacica, para cumprir missão de interesse do serviço ou treinamento, por prazo superior a quinze dias.

§ 3º As diárias e a ajuda de custo possuem natureza estritamente indenizatória e não se incorporam à remuneração, proventos ou pensões, nem constituem base de cálculo para quaisquer vantagens remuneratórias e para contribuições previdenciárias, vedada a sua cumulatividade com outras verbas de idêntica finalidade, observada a legislação tributária aplicável.



Art. 2º Poderão ser concedidas diárias ao Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Procurador-Geral do Município, Diretor-Presidente de autarquias

municipais, servidores efetivos, comissionados e empregados públicos.

Parágrafo único. O disposto no caput do artigo também se aplica a conselheiros

tutelares quando no cumprimento de decisão judicial.

Art. 3º Os valores das diárias e da ajuda de custo serão fixados em regulamento,

em moeda vigente no País, conforme artigo 176, § 3º, da Lei Complementar nº

137/2023.

§ 1º Nas viagens ao exterior, as diárias serão fixadas em dólar (US\$) e, para países

situados no continente europeu cuja moeda oficial seja o euro (€), as diárias serão

fixadas em euro (€).

§ 2º Ocorrendo o disposto no parágrafo anterior, as diárias serão pagas em reais

(R\$), com base na cotação de venda do dólar turismo (US\$) ou do euro turismo (€)

do dia útil anterior à solicitação da diária.

Art. 4º A autorização de concessão de diárias para atendimento a viagens

internacionais é de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 5º O beneficiário que receber diárias e ajuda de custo fica obrigado a prestar

contas da importância recebida, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do

retorno ao Município de Cariacica.

§ 1º O descumprimento do prazo estabelecido no caput acarretará ao servidor a

restituição integral do valor percebido a título de diárias, a ser descontado em folha

de pagamento no mês subsequente ao término do prazo para prestação de contas.

§2º A prestação de contas deverá ser acompanhada de relatório da missão ou atividade desempenhada, bem como dos comprovantes que atestem a participação

no evento, curso ou atividade, quando houver.

Art. 6º Não será concedida diária quando:

I - O período de deslocamento for igual ou inferior a 06 (seis) horas, ocorrer durante

a jornada normal de trabalho do servidor e não demandar destes gastos com

alimentação, hospedagem e transporte;

II - A distância entre o Município de Cariacica e o destino for inferior a 100 km,

salvo, se ocorrer pernoite ou o afastamento se der por um período igual ou superior

a 06 (seis) horas;

III - As despesas com o deslocamento forem custeadas pelo Município, pelo Estado

pelo Governo Federal ou por pessoas Jurídicas de Direito Privado, e que seja

fornecido ao servidor hospedagem, alimentação e transporte:

IV - O período de deslocamento for iniciado ou finalizado aos sábados, domingos

ou feriados, exceto quando devidamente justificado pelo ordenador de despesas e

aprovado pelo CECOF ou pela diretoria executiva, se for o caso;

V - O servidor já receber ajuda de custo relativa ao mesmo deslocamento.

Art. 7º O beneficiário que deixar de realizar a viagem ou retornar antes do prazo

previsto deverá restituir, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a parcela das diárias ou

da ajuda de custo recebida indevidamente.

Art. 8º É vedada a cumulação de ajuda de custo com diárias para o mesmo

afastamento.



Art. 9º O pagamento de diárias poderá ser proporcional nos dias de início e término

do deslocamento, quando não houver período integral de afastamento, observado

o disposto no art. 6º, I, e as regras definidas em regulamento.

Art. 10 A concessão e a prestação de contas das diárias e ajudas de custo serão

fiscalizadas pelo órgão central de Controle Interno do Município.

Art. 11 Fica autorizada a concessão de diárias e de passagens a pessoas que, não

pertencendo ao quadro de servidores da Administração Pública Municipal,

participem de missões, treinamentos e reuniões de interesse do Município de

Cariacica, desde que formalmente designadas pelo Prefeito Municipal ou por

autoridade por ele delegada.

§ 1º A concessão de que trata o caput somente ocorrerá quando comprovada a

necessidade da participação do beneficiário em atividade vinculada ao interesse

público municipal.

§ 2º Os valores das diárias e passagens concedidas nos termos deste artigo serão

fixados em regulamento, em equivalência aos praticados para os servidores

municipais, observados os princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade,

publicidade e economicidade.

§ 3º As pessoas mencionadas no caput ficam sujeitas às mesmas regras de

prestação de contas aplicáveis aos servidores públicos municipais, sem geração

de vínculo funcional com o Município.

Art. 12 As diárias e a ajuda de custo somente serão pagas após aprovação do

Comitê Especial de Controle Orçamentário e Financeiro.

Parágrafo único. No caso de órgãos da Administração Indireta do Poder

Executivo, após aprovação da sua diretoria executiva.

Art. 13 O pagamento de diárias e ajuda de custo será disciplinado por decretos específicos, editados conforme a natureza de cada caso.

Art. 14 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15 Revogam-se as disposições em contrário.

Cariacica/ES, 14 de novembro de 2025.

EUCLERIO DE AZEVEDO SAMPAIO JUNIOR:76138038720 Dados: 2025.11.14 16:24:29

Assinado de forma digital por EUCLERIO DE AZEVEDO SAMPAIO JUNIOR:76138038720

**EUCLÉRIO DE AZEVEDO SAMPAIO JUNIOR** 

Prefeito Municipal

